

PATRIMÔNIO CULTURAL NO AMBIENTE ESCOLAR: UM CAMPO INTERDISCIPLINAR

Fernanda Alanna Machado Cavalcante¹

RESUMO

Patrimônio é um conceito que adquiriu vários sentidos com o passar dos tempos, ganhando ressignificações no tempo e espaço. Este artigo objetiva mostrar essas conceituações, tal como apresentar maneiras de utilizar este conceito de uma maneira interdisciplinar, não recorrendo apenas ao lugar-comum do patrimônio que muitas vezes é atrelada a disciplina de História. O campo da educação patrimonial deve ser um esforço feito em conjunto com as outras disciplinas, seja ao se tratar dos bens patrimoniais naturais, que envolvem tanto a Geografia quanto a Biologia, por exemplo. Dialogamos aqui com LONDRES (2012) FONSECA (2010), (2006), e GONÇALVES (2002). Muito se fala sobre a preservação do patrimônio, mas poucas são as ações que chegam até o ambiente de educação formal. As crianças e jovens em formação devem ter o contato com o tema transversal que é a pluralidade cultural, e o professor deve incentivar o zelo ao patrimônio cultural. É recorrente a ausência das questões patrimoniais até mesmo na formação do professor, e este tem que beneficiar os alunos muitas vezes através de recursos próprios, mas é sabido que o patrimônio cultural aparece nos livros didáticos, mas nem sempre utilizando esse conceito. Folclore e bens arquitetônicos são questões mais presentes nos materiais didáticos. Entretanto, dividir a tarefa de sensibilizar a comunidade escolar é uma tarefa que exige o esforço de todos os envolvidos no processo educacional. O zelo pelo patrimônio público, cultural, natural, dentre tantos outros, deve ser assimilado ainda nos primeiros anos de formação educacional e cidadã.

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio; Educação Patrimonial; Interdisciplinaridade.

ABSTRACT

Patrimony is a concept that has acquired several meanings over time, gaining meanings in time and space. This article aims to show these conceptualizations, as well as to present ways of using this concept in an interdisciplinary way, not resorting only to the common place of heritage that is often tied to the discipline of History. The field of heritage education should be an effort made in conjunction with other disciplines, be it in the case of natural patrimonial assets, which involve both Geography and Biology, for example. We have dialogued here with LONDRES (2012) FONSECA (2010), (2006), and GONÇALVES (2002). Much is said about the preservation of heritage, but few actions reach the formal education environment. Children and young people in formation should have contact with the transversal theme that is cultural plurality, and the teacher should encourage the zeal for cultural heritage. There is a recurrence of the absence of patrimonial issues even in the formation of the teacher, and this has to benefit the students many times through own resources, but it is known that the cultural patrimony appears in the textbooks, but not always using this concept. Folklore and architectural goods are more present

1 Graduada em Licenciatura plena em História e aluna do Mestrado Interdisciplinar de História e Letras-MIHL pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central-FECLESC, campus da Universidade Estadual do Ceará-UECE.

issues in teaching materials. However, dividing the task of sensitizing the school community is a task that requires the efforts of everyone involved in the educational process. The zeal for public, cultural, natural heritage, among many others, must be assimilated even in the first years of education and citizenship.

KEYWORDS

Patrimony; Patrimonial Education; Interdisciplinarity

“Só há um meio eficaz de assegurar a defesa permanente do patrimônio de arte e de história do país: é o da educação popular” (Rodrigo Melo Franco de Andrade).

Patrimônio é tudo que se refere a memória, identidade e ação de um povo. Esse termo adquire sentidos diferentes, dependendo do contexto em que está sendo empregada. Na Roma antiga, era associado ao *pater*, patriarca da família e ligado à aristocracia, e era um conceito individual. Já na época da Revolução Francesa, a palavra era associada aos bens arquitetônicos, à construções edificadas.

Hoje, apesar de falarmos também em patrimônio no sentido individual, de herança ou financeiro, o patrimônio empregado em sua conotação ligado à cultura acaba ganhando um contexto social, muito mais do que individual.

Além dos aspectos que foram mencionados, bens de natureza imaterial também completam o leque de possibilidades que abarca o conceito de patrimônio cultural. Segundo Londres (2012), hoje em dia, se fala em patrimônio genético, científico, ambiental, genético, tecnológico, e ainda, os patrimônios financeiros, individuais.

A dificuldade em se trabalhar com questões como estas, relacionadas ao patrimônio, se torna a de preservação, tanto de bens de caráter imaterial, quanto aos bens materiais, sejam estes edificações, fotográficos ou arqueológicos, por exemplo.

A palavra “patrimônio” está entre as que usamos com mais frequência no cotidiano. Falamos dos patrimônios econômicos, dos patrimônios imobiliários; referimo-nos ao patrimônio econômico e financeiro de uma empresa, de um país, de uma família, de um indivíduo; usamos também a noção de patrimônios culturais, arquitetônicos, históricos, artísticos, etnográficos, ecológicos, genéticos; sem falar nos chamados patrimônios intangíveis, de recente formulação. Não parece haver limite para o processo de qualificação dessa palavra. (GONÇALVES, 2005, p. 17).

A respeito dos bens materiais tombados, estes podem ser:

[...] imóveis como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. (IPHAN, 2014)

Já os bens culturais imateriais tiveram apenas nos anos 2000 um Decreto-lei, a nível nacional, com objetivo exclusivo promover a preservação e salvaguarda.

O Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o registro e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, compreende o Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro como os saberes, os ofícios, as festas, os rituais, as expressões artísticas e lúdicas, que, integrados à vida dos diferentes grupos sociais, configuram-se como referências identitárias na visão dos próprios grupos que as praticam. (CAVALCANTI; FONSECA, 2008, p. 11).

No que tange à preservação dos bens culturais, a seguinte premissa é importante: “conhecer para preservar”; uma frase muito compartilhada neste campo de estudos, acaba sendo a maior das conclusões. Em uma sociedade na qual o privilégio do dinheiro em detrimento da memória coletiva e social, é preciso que todos saibam a respeito das manifestações culturais, para assim despertar o anseio de preservação. Por preservar entendemos que:

Preservar não é congelar um determinado momento no tempo, mas abrir um campo de possibilidades para que ele seja vivido de possibilidades para que ele seja vivido intensamente, de modo a que se possa através de suas materializações, estabelecendo elos profundos com o passado, com as próprias raízes, e, em última instância, com a própria origem, para com isso evitar o desenraizamento e o esfacelamento identitário que caracterizam o mundo contemporâneo. (LIMA, 2007, p. 07).

Preservar é compreendido, aqui, como a ação de conservação e manutenção de bens, porém, não apenas preservar, no caso de bens arquitetônicos, é preciso ter um significado do imóvel, ou mesmo ganhar ressignificação, onde a sociedade contemporânea pode usufruir de um legado do passado.

Já os bens de natureza imaterial devem ter uma relação com a comunidade, que pode acontecer de distintas formas por exemplo, as pessoas que utilizam plantas e ervas para o preparo de medicamentos caseiros, tendo um conhecimento de um abrangente leque de plantas que trazem benefícios para a saúde acabam cuidando de diferentes patrimônios, sua imaterialidade perpassa pelo patrimônio natural, onde lidam com plantas. O campo do patrimônio é fluido e interdisciplinar.

No Brasil, a questão preservacionista é relativamente recente, sendo o órgão responsável pela preservação e salvaguarda dos bens patrimoniais é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, criado no ano de 1937 ainda sob a denominação de SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – que, só veio a receber a nomenclatura de IPHAN no ano de 1946, quando deixou de ser considerado como “Serviço” e então passou a ser institucionalizado. Contando hoje com mais de 80 anos de existência; de tal modo, ainda é um órgão novo, pois há apenas oito décadas os bens culturais – materiais e imateriais – do nosso país tem um órgão que se dedica exclusivamente à cultura.

Em 1937, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN. Mário de Andrade foi um nome que não pode passar despercebido em questão de cultura popular no Brasil. Foi da vanguarda do modernismo brasileiro, ajudando a promover a Semana de Arte Moderna de 22. Antes disso, Mário deixou sua contribuição com um acervo de pesquisas e documentários etnográficos gravados no interior do país. Os primeiros documentários sobre cultura popular no Brasil foram feitos na década de 1930 sob a supervisão de Mário de Andrade e sua equipe, que também esteve na expedição que transformou (burocraticamente falando), a cidade de Ouro Preto em Minas Gerais, um patrimônio histórico nacional. Um grupo com anseios grandes, e cheio de ideias a respeito da cultura brasileira.

Um campo fértil de ideias é a escola de ensino básico. Cidadãos em formação, são terreno propício para brotar o desejo de se preservar a cultura, partindo do pressuposto de que cultura nesse sentido, seriam as manifestações encontradas na própria comunidade, e não uma fantasia de cultura. Bens e modos de fazer de uma determinada pessoa ou grupo da própria comunidade seriam os primeiros bens culturais com os quais os estudantes teriam contato, sendo assim, os primeiros a serem tocados pela salvaguarda. Um manual

foi lançado pelo governo de Minas Gerais - IEPHA-MG, com ele temos dicas importantes para a educação patrimonial:

A Educação Patrimonial tem que fazer uso de situações que provoquem reações reflexões e aguçar a criticidade a respeito do significado e valor dos bens culturais e sua preservação. Aulas de campo, visitas a locais não tão tradicionais na comunidade, como por exemplo, pessoas que passam adiante tradições: rendeiras, cordelistas, rezadeiras, ceramistas, músicos, artistas plásticos são uma forma de apresentar aos que desconhecem o patrimônio imaterial. Em cada localidade sempre tem algo ou alguém que chama a atenção por seu diferencial e posterior importância e tem que haver a preocupação sobre como o conhecimento vai ser passado para outras gerações. (CAVALCANTE, 2017, p. 54)

A preservação dos bens culturais são resultados de um esforço coletivo, e não apenas responsabilidade dos órgãos competentes. A comunidade tem participação essencial no processo e a comunidade escolar tem papel primordial nos processos de proteção das manifestações culturais. “Pois a aplicação das leis de proteção e salvaguarda só será eficaz se contar com o apoio e, quando necessário, com a pressão da sociedade na defesa de sua aplicação.” (LONDRES, 2012, p.16)

Nesse contexto de formação cidadã e zelo pelo patrimônio, encontramos, no ambiente da educação formal, a disciplina de História. Apesar de uma carga horária pequena, esta disciplina é utilizada para gerar muitas questões sociais, o que envolve questões atuais, como também permanentes, e questões como a preservação patrimonial. A formação do professor de História tem total influência sobre como este lidará com a temática do patrimônio cultural.

Se formos analisar as grades curriculares dos cursos de Licenciatura em História, pouco ou nada veremos sobre o patrimônio cultural. Estas questões ficam a cargo do professor que é responsável por disciplinas mais amplas, que dão abertura para temas diversos. Porém, qualquer disciplina, em teoria, pode incluir este viés. “Os cursos de Licenciatura respondem pela formação dos professores no Brasil, não só legalmente, mas por deter todo um arcabouço teórico e técnico especializado, disponibilizado para as escolas.” (FONSECA; RASSI, 2006, p.109)

Ao chegar na sala de aula, o professor que não teve formação duran-

te a graduação sobre essa temática, tem que buscar através de recursos próprios se aprofundar nessas questões. A maioria dos livros didáticos de História trazem a temática do patrimônio cultural, aparecendo, muitas vezes, sem o nome patrimônio no material. Representações, manifestações culturais, edificações antigas, prédios com arquitetura diferenciada podem aparecer, sem necessariamente carregar o título de bem patrimonial.

A preservação dos bens e saberes culturais de uma determinada comunidade, deve ter no corpo escolar apoio para se obter determinados fins. A complexidade desse assunto necessitam de estratégias educativas que serão necessárias a propostas de inserção da educação patrimonial nos planejamentos das escolas, assim como no projeto político-pedagógico. (MELLO; VIANNA, 2013).

A escola deve ter seu projeto político-pedagógico adequado às características da sociedade na qual está inserida. Deve existir diálogo entre a escola e a comunidade na qual a mesma está inserida. Atividades extramuros devem ser estimuladas sempre que possível.

Dentro dos muros da escola, é dever de todos promover o zelo pelo patrimônio, começando pela própria escola, visto que às escolas em comunidades pequenas, sendo o centro de convivência social. A escola acaba sendo um ponto de encontro, e a relação comunidade-escola tende a fortalecer o compromisso de melhoria social.

Particularmente, acredito que a vontade de preservar tenha que partir da sociedade, tem que ser importante para as pessoas. Não adianta um órgão do governo tomar um monumento e não praticar nenhuma atividade ou ação patrimonial com as pessoas que estarão ali dia a dia convivendo com um tombamento. É de responsabilidade da comunidade os efeitos que o patrimônio ressoa, podendo este contar fatos sobre a história local, fortalecendo a identidade social desta instância.

É imprescindível que toda ação educativa assegure a participação da comunidade na formulação, implementação e execução das atividades propostas. O que se almeja é a construção coletiva do conhecimento, identificando a comunidade como produtora de saberes que reconhece suas referências culturais inseridas em contextos de significados associados à memória social do local. (IPHAN, 2014, p.20).

Ainda a respeito da participação da comunidade nesse processo de patrimonialização, seguem algumas considerações de Cecília Londres, que por muito tempo, foi uma das protagonistas no IPHAN, principalmente no âmbito da cultura imaterial. “Impossível pensar a preservação do patrimônio cultural sem vinculá-la à transmissão, difusão e apropriação, por parte dos grupos sociais a que se refere, dos sentidos e valores atribuídos aos bens culturais.” (LONDRES, 2012, p.14).

Cecília Londres acrescenta: “o interesse público - é o argumento que não apenas justifica como legitima a aplicação de instrumentos de salvaguarda” (LONDRES, 2012, p. 14), Sendo assim, podemos perceber que a comunidade acaba sendo a grande gestora dos bens culturais, e para a preservação de um monumento, por exemplo, é preciso saber sua história, pois é preciso conhecer para preservar. E complementa:

Além disso, a percepção da fragilidade dos bens culturais, assim como da finitude dos recursos naturais, sobretudo face ao crescente poder de destruição ao alcance do homem – consequência, em parte, do progresso científico e tecnológico – tem provocado a difusão de uma “consciência preservacionista”, que só será eficaz se assumida tanto pelo poder público como pela sociedade. (LONDRES, 2012, p. 15)

A disciplina de História, no ambiente escolar é a mais se aproxima da temática do patrimônio cultural, sendo assim, esse assunto não pode e nem deve passar despercebido aos olhos do professor. É dada muita responsabilidade ao professor de História, sendo esta uma disciplina com carga horária bastante reduzida. A respeito dos campos que a disciplina abrange, Selva Guimarães Fonseca (2010) considera que:

Portanto, se ao ensino de História cabe um papel educativo, formativo, cultural e político e sua relação com a construção da cidadania perpassa diferentes espaços de produção de saberes históricos, é essencial localizarmos no campo da História questões/temas/problemas considerados relevantes para a formação da consciência histórica dos alunos. Isso requer um diálogo crítico com diferentes sujeitos, lugares, saberes e práticas; entre a multiplicidade de culturas, etnias, sociedades. (FONSECA, 2010, p. 06)

O currículo de História, de acordo com os Parâmetros Curriculares

Nacionais, PCN, deve incluir as demandas de grupos sociais e étnicos, no processo de formação do cidadão. Desde a década de 1970, o cenário político-social brasileiro traz pauta de diferentes grupos, como dos movimentos feministas, movimentos contra o racismo e movimentos liderados pelos indígenas, por exemplo. (FONSECA, 2010)

Movimentos como estes são importantes temas para serem discutidos em sala de aula, e ambos passam pela transversalidade, no temática da pluralidade cultural, que pode envolver tanto movimentos que pede igualdade e respeito por culturas diferentes, como também pode abranger as manifestações e representações, transitando assim no campo do patrimônio cultural. Lembrando que os temas transversais devem trabalhados juntamente com os outros conteúdos, em torno de um eixo unificado.

Usando em alguns conteúdos do ensino fundamental, por exemplo, a pré-história e a antiguidade clássica. Desde a história das civilizações dos povos indígenas, das sociedades da antiguidade, o patrimônio pode ser visto como um ponto de partida para trabalhar os conteúdos.

No caso da história antiga, conteúdo do sexto ano do ensino fundamental, a visita a um sítio arqueológico da região pode ser uma boa forma de materializar os assuntos, principalmente ao trabalhar com crianças, que necessitam de estímulos concretos para melhor absorção dos conhecimentos aprendidos. Já no caso das civilizações antigas, usar o patrimônio cultural edificado como as pirâmides, esfinge, no caso do Egito, ou mesmo as ruínas da Grécia, podem ser uma forma de associar o conteúdo as questões patrimoniais.

Mais adequado seria trabalhar a questão da história local, da comunidade na qual a escola está incluída, partindo dos bens patrimoniais materiais e imateriais, e de maneira interdisciplinar. No caso dos bens materiais, a história de uma local pode ser contada a partir da edificação mais antiga, por exemplo.

Nas questões imateriais, podem ser visitadas pessoas que detém determinado saber que as tornam ímpar, como por exemplo, as pessoas que produzem medicamentos a partir de elementos encontrados na natureza: cascas de árvores, raízes, folhas etc. Ao se tratar destas questões, já se envolve, por exemplo, a Biologia; o patrimônio natural pode ser associado a disciplinas ligadas à terra, como a Geografia e a Biologia. O conhecimento perpassa o patrimônio natural e vai de encontro ao conhecimento das vegetações e do biomas da região.

Para que os alunos e a comunidade como um todo passem a olhar com zelo determinado bem, é preciso de ações incisivas. Haja vista que é preciso produzir uma significação a respeito o patrimônio, ações educativa restritas a memória, produções e manifestações culturais apresentadas na própria comunidade são uma boa estratégia para despertar o interesse, numa tentativa de sensibilizar comunidade escolar e extramuros. “Nesse sentido, não se trata de “ensinar sobre” o patrimônio, mas de considerar os bens culturais, sua fruição, preservação e difusão, como um recurso precioso no processo educativo” (LONDRES, 2012, p. 16)

Os bens patrimoniais, sejam estes de quaisquer categorias, devem fazer sentido na comunidade e na temporalidade na qual existe. A preservação de saberes, de bens arquitetônicos arqueológicos, fotográficos ou ambientais é papel da sociedade, aqui entendida no sentido mais amplo. É preciso fazer sentido para continuar existindo, já que o campo do patrimônio é um campo de disputas, que muitas vezes envolve interesses financeiros e do capitalismo em geral. O Estado deve estar em parceria com a comunidade a favor da cultura e do patrimônio histórico e artístico nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. MEC. CNE. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica** – Parecer 7/2010: Diário Oficial da União, 9 jul. 2010, seção 1.
- _____. MEC. **Guia de livros didáticos**: PNLD 2011: História. Brasília, 2010.
- CASTRO, Maria Laura Viveiros de Castro e FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio imaterial no Brasil**. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.
- CAVALCANTE, Fernanda Alanna Machado. “Ossos e barro na criação do Encantado: cultura material arqueológica no litoral de origem nos sertões de Quixeramobim -Ceará”, **Monografia**, Universidade Estadual do Ceará, 2017
- FONSECA, Selva Guimarães. **Anais do I Seminário Nacional: Currículo em movimento-perspectivas atuais**. Belo Horizonte, novembro de 2010
- FONSECA, Selva Guimarães ; RASSI, Marcos Antônio Caixeta. Saberes docentes e práticas de ensino de História na escola fundamental e média. **Saeculum, Revista de História**, João Pessoa, Jul/dez 2006.
- FONSECA, T. N. L. **História e ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003
- GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Caxambu,UF: Editora, 2002.
- IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>>. Acessado pela última vez em 26 de agosto de 2016
- IPHAN. **Educação Patrimonial: Histórico. Conceitos e Processos**. 65f, 2014
- LIMA, Tânia Andrade. Um passado para o presente: preservação arqueológica em questão. **Re-**

vista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 33, 2007.

LONDRES, Cecília. O Patrimônio Cultural na formação das novas gerações: algumas considerações. Educação patrimonial: reflexões e práticas. / **Caderno Temático de Educação Patrimonial**. Átila Bezerra Tolentino (Org.) – João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

MELLO, Juçara da Silva de; VIANA, Iamara da Silva. Educação Patrimonial e Ensino de História: Diálogos. **ENCONTROS** – ANO 11 – Número 20 – 1º semestre de 2013

Data de recebimento: 30/12/2017

Data de aceite: 27/01/2018